

O ACIDENTE RADIOLÓGICO DE GIOÂNIA, BRASIL

Prof. Dr. Gerson Antonio Santarine*
Profa. Solange T. de Lima Ferreira**

O episódio ocorrido no município de Goiânia, capital do Estado de Goiás, no dia 13 de setembro de 1987 com uma cápsula contendo Cési-137, nos coloca diante de aspectos relacionados à questão nuclear e meio ambiente. Além destes, nos remete também às esferas dos questionamentos que envolvem conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e ética humana.

Num estudo preliminar, ao analisarmos o impacto causado por este acidente radiológico observamos algumas atitudes e condutas da população de Goiânia que despertam o interesse de vários profissionais. Isto se deve ao fato das características e consequências de natureza interdisciplinar que envolvem o referido acidente.

Em termos de percepção do meio ambiente, este episódio suscita vários pontos para uma análise geográfica sobre as diferentes respostas apresentadas pela população. Estas respostas, por sua vez, se diferenciam segundo os modos pelos quais os indivíduos experienciaram o impacto do acidente, em relação aos diferenciados graus de contaminação e irradiação pelo material radiactivo.

Devemos acrescentar ainda a percepção dos danos ambientais agravados pelas dificuldades que envolveram a situação, bem como a percepção dos processos radiológicos, especificamente com referência à população humana.

Por outro lado, ao considerarmos os processos de adaptação e ajustamento aos efeitos imediatos e posteriores convém ressaltar a complexidade que caracterizou a ocorrência, tendo em vista, o dimensionamento das realidades sócio-ambientais e políticas que envolveram as conjunturas espaço-temporais relativas ao acidente radiológico.

Setembro, 1987: percepção de um estigma.

“Ela era feia. Mas quando apaguei as luzes do ferro-velho e notei que ela brilhava, me apaixonei.

Nunca pensei que aquela pedra maravilhosa fosse fazer isso comigo”¹ -
Devair Alves Ferreira, dono do ferro velho de Goiânia.

* Docente do Depto. De Física, IGCE/UNESP, Campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil.

** Docente do Depto. De Geografia, IGCE/UNESP, Campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil.

¹ José Paulo Calvacanti Filho “Direito à Informação” Ciência Hoje, no. 40, Suplemento. “Autos de Goiânia”. Março, 1988, p. 44.

As diferentes maneiras de agir e reagir da população envolvida no acidente, desde o dia de sua ocorrência até agora, nos leva a retomar brevemente seu histórico, visando uma apreensão mais global desta experiência inusitada.

A origem do acidente é atribuída ao roubo de um aparelho utilizado em radioterapia (em cujo interior se encontrava uma cápsula contendo Césio-137), que estava abandonado há pelo menos dois anos nos escombros do Instituto Goiano de Radioterapia, desativado por ação de despejo. Alguns sucateiros ao passarem pelo local resolveram retirar dali, através de carrinhas, aquela peça desconhecida e que poderia “dar algum lucro” devido ao seu tipo de material. O passo posterior foi a violação da cápsula contendo o citado material radioativo a golpes de marretas, no quintal de uma residência situada na área urbana próxima ao centro de Goiânia.

Adultos e crianças num misto de curiosidade e vislumbramento pela luminescência azulada da substância radioativa, passaram a manipular e distribuir a mesma, a parentes e amigos, numa total insipiência quanto ao perigo da contaminação com irradiação do Césio-137.

O saldo desta experiência culminou com a morte de quatro indivíduos e contaminação de diversos graus de aproximadamente 249 pessoas. No entanto, devemos atentar para o fato das mortes e distúrbios orgânicos que atingiram indirectamente parte da população goiana, e que poderá atingir geneticamente segmentos da mesma.

Após o aparecimento dos primeiros sintomas, depois de aberto o cabeçote do aparelho de radioterapia, os envolvidos desconhecendo a causa dos seus males, procuraram farmácias e hospitais, imaginando tratar-se de alguma doença infecto. – contagiosa ou de intoxicação alimentar.

Somente no dia 28 de setembro, sem que houvesse melhora significativa dos sintomas dos seus familiares, a esposa do dono do ferro-velho, desconfiou que a causa do mal pudesse provir de uma peça que se achava em sua residência. Assim, resolveu embrulhá-la em sacos de papel e, utilizando-se do transporte coletivo (ônibus), dirigiu-se à Vigilância Sanitária para pedir uma análise da peça (a qual continha o material radioativo).

Na Secretaria da Saúde, um médico suspeitado de contaminação por radiação, solicitou o auxílio de um físico da agência local da Nuclebrás para que fizesse uma medição, através de um cintilômetro verificando a emissão de radiação do material. Esta medição confirmou a suspeita: radiações ionizantes emanavam daquela peça com grande intensidade.

Apenas a partir de então foram tomadas as primeiras providências tais como evacuação do local onde o equipamento permanecia, das residências onde haviam disseminado a substância; remoção das pessoas contaminadas para o

Estádio Olímpico, onde improvisaram alojamentos e postos de atendimento médico e descontaminação com barracas de campanha.

Simultaneamente, a Secretaria de Saúde do Estado comunicou o fato à comissão Nacional de Energia Nuclear, com sede no Rio de Janeiro, que por sua vez enviou à Goiânia já na madrugada do dia 30 de setembro, o diretor do Departamento de Instalações Nucleares, juntamente com técnicos do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (Rio de Janeiro) e do Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares (São Paulo), além de três médicos especialistas.

Na tarde do mesmo dia, através dos órgãos da imprensa falada e televisiva, a população goiana tomou conhecimento do desastre. Entretanto, o saldo e o nível das informações transmitidas não eram somente contraditórios, como também mascaravam ou omitiam dados essenciais à população.

Logo após estas notícias sobre o acidente radiológico, um clima de inquietação e dúvidas pairava sobre a cidade, levando muitos ao início de um processo de pânico. Segundo constatações “in locus”, muitos queriam saber se corriam ou não perigo de vida iminente; outros em grande aflição, desejavam saber se teriam certos tipos de câncer associados às doses excessivas de radiação.

Entre os diferentes níveis de percepção observados² basicamente num primeiro momento do estudo, poderiam ser agrupados quanto:

A - indivíduos com total falta de informação ou conhecimento sobre as consequências reais da situação vivenciada:

B – indivíduos com certo nível de conhecimento e informações sobre a realidade e gravidade do ocorrido, assim como alguns efeitos posteriores.

C - indivíduos com conhecimento e informações de nível técnico superior, necessários para uma melhor compreensão do acidente, bem como dos graus de conscientização em relação ao mesmo.

Neste sentido, a percepção do acidente radiológico era demonstrada em estados de apreensão e ansiedade, devido aos diferentes graus nos modos de experienciá-lo.

Deste modo, as pessoas queriam ser monitoradas para “ver” se haviam entrado em contato com o material, mesmo quando nunca houvessem chegado perto da área do acidente.

Muitos não compreendiam os processos de contaminação e irradiação, gerando tensões emocionais intensas. Alguns queriam saber se o “**perigo**” viria pelo ar; se através da fala ou do hálito, ou pelo contato físico direto poderiam ser contaminadas.

² Esta divisão inicial partiu da análise dos depoimentos e dados recolhidos pelos pesquisadores, sendo passível de sofrer as transformações necessárias no decorrer dos estudos.

Perguntas sobre “**se era pior que a AIDS?**” ou “**que tipo de cancer ou mutação genética**” poderiam desenvolver eram frequentes Até mesmo evitavam manipular dinheiro em vários casos.

Também constatou-se discriminação em relação às pessoas que moravam próximas ao foco de irradiação, persistindo até hoje de forma mais branda – “**familias renegavam famílias**”, segundo depoimentos, o que foi percebido como “**uma coisa muito triste**”, pois “**as pessoas não tinham para onde ir**”.

A falta de informações sobre como agir numa emergência, assim como o despreparo da sociedade de maneira geral, levou toda a população a desenvolver atitudes e condutas insólitas diante do impacto causado pela situação em seus aspectos globais.

Em relação à discriminação sofrida pelo Estado de Goiás, destacamos o valor do significado da “**Cidade Contaminada**”, considerado um verdadeiro estigma para Goiânia, conforme a **Considerações finais**.

O acidente radiológicos de Goiânia nos coloca frente a uma diversidade de questionamentos que abrangem pontos de natureza distinta embora integrados, tais como sociedade, economia, política, espaço geográfico natural e construído.

Tendo como ponto de partida para este estudo a percepção dos indivíduos relacionada ao ocorrido e suas consequências, podemos observar a perplexidade da população diante do mesmo.

Na realidade, Estado e Sociedade estavam despreparados para este tipo de desastre como atesta a própria falta de infra-estrutura da CNEN, que é reflexo de toda uma conjuntura de maiores dimensões. Seus técnicos (inclusive pós-graduados) não possuíam nem vestuário adequado, sujeitando-se assim a um trabalho perigoso sob condições materiais impróprias, em esquemas de improvisação. Porém, merecem o reconhecimento pois cumpriram seus trabalhos de forma consciente e efetiva, incluindo desde mensurações técnicas até etapas de trabalho braçal na construção dos depósitos provisórios para a remoção do lixo radioativo.

Em relação aos depósitos provisórios, permanecem os problemas relativos à transferência para o local apropriadamente definitivo, causando muitas expectativas. Sua presença marca fortemente a paisagem geográfica da região de Goiânia, evocando as imagens da época do acidente.

Os principais locais que forma os cenários da tragédia, sofreram descontaminação apresentados, permanecendo inabitados. Na paisagem são percebidos como lugares de morte, maldição, desgraça, áreas proibidas que todos evitam se aproximar, revelando uma intensa topofobia. Para muitos indivíduos serão lugares amedrontadores por um longo período de tempo.

As vítimas, diretas ou indiretas, continuam em observação e tratamento médicos, sendo reintegradas pouco a pouco pela sociedade local. Contudo, quando inquiridas sobre o acidente, a exemplo do restante da população, procuram desviar logo o rumo da conversa, mudando de assunto ou calando-se com um olhar reticente.

O acidente é uma lembrança que deve ser esquecida, que deve permanecer **“completamente adormecido”**, no íntimo deste indivíduos, como **“algo de ruim que viesse e passasse sem deixar nenhum rastro”**.

No entanto, seus traços e marcas na paisagem e na população de Goiânia persistem e persistirão mesmo que rechassem seus resquícios, que não queiram vê-los, numa atitude de defesa.

Os lugares deste acidente ficaram assinalados pela ignorância, pelo deslumbramento, pela morte e pelo veio, garantindo sua visibilidade aos olhos do mundo mediante o silêncio inquieto da discriminação, da rejeição e da dor física e moral que atingiu como um estigma os habitantes deste município.

Este acidente radiológico revelou as duas faces dos avanços tecnológicos: a construção da paisagem geográfica. Por outro lado, também contribuiu para despertar reflexões e questionamentos quanto às diretrizes políticas do país referentes à questão nuclear.

Entre as discussões originadas nos vários campos da Ciência, algumas parecem ser o denominador comum entre cientistas, técnicos e profissionais liberais, representantes da sociedade civil em geral:

Estamos preparados, Estado e Sociedade, para a realidade do uso consciente da energia nuclear?

Ou devemos esperar situações de dimensões mais graves, que nos levem a uma tomada de consciência sobre os riscos tecnológicos ambientais desencadeados pelos acidentes nucleares?

De quem é a culpa? Quem deve assumir as consequências? E as omissões?

Ao considerarmos as alternativas de possíveis soluções e posicionamentos utópicos ou não, devemos nos lembrar que habitamos diferentes lugares de um mesmo espaço. Desta forma, cabe a cada um assumir sua parcela de responsabilidade como construtores ou destruidores das paisagens da Terra, nos significados mais objetivos ou subjetivos que estes termos possam implicar.

BIBLIOGRAFIA

Attfield, Robín. The Ethics of Environmental Concern. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

Dubos, Rene e Ward, Barbara. Uma Terra Somente: a preservação de um pequeno planeta. São Paulo: EDUSP, 1973.

Hewitt, K (ed.) Interpretations of Calamity from the viewpoint of human ecology. Londo: Allen & Unwin Inc., 1983.

Sjoberg, Lennart. Risk and Society – Studies of risk generation and reactions to risk. London: Allen & Unwin Inc., 1987.

Tuan, Yi-Fu. Espaço e Lugar. São Paulo: DIFEL, 1983.

“Autos de Goiânia”, Ciência Hoje. Suplemento vol. 7, no. 40, março, 1988.